

## Análise empírica dos custos da judicialização e da ação Câmara de Resolução de Litígios de Saúde do Estado de Sergipe

Fernanda Valença Feitosa<sup>1</sup>; Pollyanna Farias Castro Pereira de Lyra<sup>1</sup>; Álvaro Victor de Castro<sup>2</sup>; Saulo Lamartine Macedo<sup>3</sup>; Jesus Jairo Almeida de Lacerda<sup>3</sup>; Letícia Santos Prates<sup>1</sup>; Lucindo José Quintans Jr. <sup>4</sup>; Divaldo Pereira de Lyra Jr.<sup>1</sup>

1 Laboratório de Ensino e Pesquisa em Farmácia Social, Universidade Federal de Sergipe (LEPFS/UFS).

2 Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju (SE)

3 Defensoria Pública do Estado de Sergipe

4 Laboratório de Neurociências e Ensaio Farmacológicos, Universidade Federal de Sergipe (LANEF/UFS).

**Introdução:** Nas últimas décadas, a judicialização crescente dos procedimentos e produtos para saúde tem causado alto impacto orçamentário no Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS), da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, foi criada para resolver administrativamente os processos que demandem a prestação de serviços de saúde, visando a redução do ajuizamento das ações, do impacto nas políticas públicas e dos custos desnecessários. Apesar da sua importância, o impacto da CRLS na redução do ajuizamento de ações e nos custos desnecessários do SUS ainda não foi analisado à luz da economia da saúde. **Objetivo:** Analisar os custos da judicialização e da ação CRLS do estado de Sergipe. **Método:** Foi realizado um estudo longitudinal, de março a agosto de 2018, na CRLS, da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, composta por advogada, médico, enfermeiras e farmacêuticos. O banco de dados da CRLS foi avaliado e as seguintes custos foram categorizados por demandas como: consultas, insumos medicamentosos e procedimentos. Todos os gastos foram previamente estimados para um ano de tratamento a partir da data de solicitação e ajustados pela taxa de inflação. Os dados foram tabulados no Microsoft Office Excel® e expressos por meio de estatística descritiva. **Resultado:** O estado de Sergipe recebeu 354 pedidos de judicialização de março a agosto de 2018, com custo total de R\$10.116.370,33. Durante os seis meses, a CRLS resolveu 48% dos processos com orçamento total de R\$3.784.119,05, evitando que os processos fossem judicializados. As solicitações de procedimentos foram as principais demandas judiciais (53,35%), com custo estimado de R\$9.546.695,52 (94,37% do custo total das solicitações no período). Em consequência, a análise técnica dos profissionais da CRLS impediu que 98 processos relacionados a procedimentos (57,64%) com custo total de R\$2.741.129,61 e com média mensal de R\$456.8554,935 fossem judicializados. **Resultados:** positivos, há limitações nas análises realizadas, pois nos dados disponíveis não fica claro quais foram as alternativas empregadas e por quanto tempo os recursos foram realmente utilizados. **Conclusão:** O tipo de demanda que mais impactou nos custos dos processos judiciais analisados estava relacionada a solicitações de procedimentos de saúde. Embora apresente alto índice de resoluções administrativas, o banco de dados da CRLS precisa ser ajustado a fim de promover a análise mais fidedigna dos custos financeiros destinados à saúde, evitando judicialização, sem prejuízo aos direitos à saúde da população. **Palavras-chaves:** Judicialização. Direito à saúde. Assistência integral à Saúde. Economia da saúde.